

O LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DE IDEOLOGIAS E O PAPEL DO PROFESSOR INTELECTUAL TRANSFORMADOR.

Robson Carlos da Silva¹ (UFPI)
Marlene de Araújo Carvalho² (UFPI)

GT 2 - Formação de Professores

RESUMO

Neste artigo, pretendemos efetivar uma reflexão sobre o livro didático, destacando o uso deste material pedagógico, ainda nos dias atuais, como principal orientador do trabalho de professores e alunos na escola, assim como, o seu emprego enquanto instrumento de difusão de ideologias. Neste sentido, conduzimos nossa reflexão para o campo de formação de professores, defendendo que o mais importante, quando se reflete sobre o emprego do livro didático, é a capacidade crítica que estes professores desenvolvem, ou não, para que não se transformem em meros seguidores das orientações contidas nestes materiais didáticos. Nossa conclusão aponta para a defesa de um professor com o perfil de um intelectual transformador como um dos mais capacitados para tratar das questões pedagógicas a partir de perspectivas que envolvam a reflexão e a ação crítica e, conseqüentemente, reconheçam-se como promotores da mudança.

Palavras-Chave: Livro Didático; professor Intelectual Transformador.

Introdução

Diante dos avanços tecnológicos e científicos, em vários campos do conhecimento humano e a configuração social que assume as sociedades contemporâneas (GALBRITH, 1982; TOFFLER, 1980; TAVARES, 1993), a necessidade do livro didático é indiscutível, constituindo-se ainda no principal instrumento de direcionamento de professores e alunos em suas atividades de sala de aula. Neste sentido, Freitag (1989) ressalva que professores e alunos acabam tornando-se escravos do livro didático. Ao invés de o utilizarem como instrumento de contribuição para o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e de contra-ideologia, acabam tornando-o roteiro principal, ou exclusivo, do processo de ensino-aprendizagem.

Considerando, pois, o livro didático a partir da ótica apontada acima, e efetivando um olhar crítico sobre as possibilidades de contribuição deste valioso artefato didático escolar, podemos conceber duas possibilidades na condução de seu emprego na prática educativa: enquanto instrumento que pode contribuir no favorecimento de uma conscientização sobre as pluralidades culturais que compõem a realidade social, por meio de uma política cultural comprometida com a difusão dos valores das diversas culturas, ou ainda, sua utilização como instrumento de manutenção de preconceitos e fortalecimento dos valores culturais hegemônicos, através do “silenciamento” sobre determinadas culturas, principalmente aquelas consideradas “minoritárias” e sobre outras realidades diversas.

¹ Mestrando em educação, do Programa de Pós-Graduação da UFPI. Bolsista da CAPES. Professor Temporário do Departamento de Fundamentos da Educação, CCE-UFPI.

² Coordenadora de Pós-Graduação e Pesquisa da FSA. Professora aposentada e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI.

Neste artigo, pretendemos analisar a importância do livro didático como instrumento difusor de ideologias, a partir da problemática da formação de professores, apresentando aspectos e levantando questões que apontam o professor *intelectual transformador* com o perfil apropriadamente capacitado para conduzir um processo de trabalho com o livro didático, na escola, que proporcione uma apropriação crítica, por parte dos alunos, das questões pertinentes a sua realidade, sua identidade social e, notadamente, a aspectos de sua cultura.

Vale ressaltar que partiremos de algumas compreensões, como por exemplo, o entendimento de que o currículo é uma construção cultural e histórica humana e, como tal, não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder que permitiram que o modelo de currículo adotado nas escolas seja legitimado em detrimento de outros modelos. (SILVA, 2002).

O Livro didático: de recurso complementar a instrumento “limitador” do trabalho docente.

Como foi enfatizado acima, com as características atuais de nossa sociedade, onde a comunicação e os inovadores meios tecnológicos são de fácil acesso, o livro didático ainda se constitui no principal recurso de direcionamento de professores e alunos em sua prática pedagógica e atividades escolares. Os professores utilizam o livro didático como principal manual de orientação para sua aula³ e os alunos são orientados para a realização de suas tarefas (exercícios, pesquisas, estudos), tornando-o roteiro principal, ou exclusivo, do processo de ensino-aprendizagem, na escola ou em casa.

A importância do livro didático, notadamente como aspecto fundamental nas políticas educacionais oficiais, fica evidente através da implantação, pelo Ministério da Educação (MEC), da prática de compra dos livros didáticos nas escolas públicas, subordinada à análise prévia realizada por especialistas e materializada através do “Guia do Livro Didático”⁴.

A história do livro didático, assim como a própria história da legislação educacional e da formação profissional para o exercício da docência no Brasil, passa por uma sucessão de Decretos, Leis e Medidas governamentais, a partir dos anos de 1930, período de grande efervescência política e desencadeamento de uma política educacional com uma maior preocupação científica e sem pretensões democráticas, de forma impositiva e sem a participação de sindicatos, associações, partidos, movimentos de educadores, dentre outros (DAMIS, 2002), até os anos atuais onde o Governo Federal, por intermédio do MEC, propõe o desenvolvimento de ações que, segundo propaga, visam a melhoria da qualidade do livro didático, notadamente para serem utilizados nas escolas públicas de todo país.

Perrenoud (1997), comentando o caráter da prática pedagógica, em sala de aula, afirma que essa prática não se realiza como uma concretização de regras ou receitas de ação e que a transformação das condições objetivas de ensino trariam maior contribuição do que a difusão de idéias ou de receitas pedagógicas novas. Neste sentido,

³ São muitos os teóricos que afirmam que o livro didático ainda se constitui no principal orientador do trabalho de professores e alunos na escola, dentre os quais podemos destacar Freitag (1989), Faria (1988, 1994), Oliveira et.al. (1984) e Méndez (2003).

⁴ O Guia do Livro Didático constitui-se em um documento, elaborado a partir da implementação do PNLD (programa nacional do Livro didático), financiado pelo MEC, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em que são disponibilizados espaços para a disposição da síntese de obras (livros didáticos) analisadas, por especialistas em cada área específica do Ensino Fundamental, e sua respectiva classificação, consoante a seguinte classificação: “recomendado com distinção”, “recomendado” e “recomendado com ressalvas”

cita os meios de ensino, dentre eles o livro didático, como um apoio e um obstáculo às transformações, pois, ao torná-los mais diversificados e menos pesados, alargando as opções de escolha, a escola estaria favorecendo uma pedagogia mais centrada na expressão e nas atividades de comunicação dos alunos. Por outro lado, ao eliminar, por completo, estes meios de ensino, estaria criando um clima de pânico, por retroceder à aspiração de uma parcela dos professores que, tendo como principal objetivo libertarem-se dos meios oficiais, tinham nos meios de ensino uma relativa liberdade.

É neste sentido que Vasconcellos (2000) afirma que a utilização do livro didático deve passar por uma crítica que envolva escola e alunos, para que possam ser adotados livros que contemplem questões de gênero, etnia, classe social, multiculturalismo, culturas locais, dentre outras, empenhadas em desmistificar supostas verdades absolutas, que coincidentemente procuram legitimar os valores e ideais de culturas hegemônicas, pois, conforme Faria (1994), o livro didático, muitas vezes, atua como difusor de preconceitos, através das ideologias que carregam seus discursos.

Podemos compreender melhor este caráter do livro didático, enquanto difusor de preconceitos, a partir da compreensão de que nossa sociedade é fortemente marcada pela divisão de classes, onde as classes ou grupos dominantes, ou seja, aqueles que detenham o poder de falar *do* e *sobre* o “outro”, determinam as idéias que estão prevalecendo nas “narrativas” e “discursos” presentes nos textos dos livros didáticos, assim como, as representações, concepções e significados que estão sendo difundidas nestes livros na escola.

Seguindo o mesmo fio condutor, da reflexão sobre a importância do livro didático nas sociedades atuais, Saviani (1991), numa palestra proferida no Seminário Nacional de Literatura e Pós-Modernidade, em Porto Alegre, no ano de 1988⁵, reflete sobre a compatibilidade do livro didático numa realidade pós-moderna e defende que o conteúdo do livro didático “(...) não deve ser constituído pelo antigo ou tradicional nem pelo moderno ou pós-moderno. Seu critério deve ser o clássico.” (op. cit., p. 37), pois, seguindo esse caminho, ou seja, utilizando-se do livro didático enquanto instrumento de participação do que acontece em nossa época, para entendimento daquilo que passou mas que perdurou, como válido, para as épocas futuras, a escola estará contribuindo com o desenvolvimento da cultura humana.

Desta forma, não podemos desconsiderar as novas funções que o livro didático, acompanhado de variados meios de ensino, pode desempenhar atualmente, notadamente na utilização de novas “narrativas” e novos discursos, com novas abordagens que buscam trabalhar questões atuais de forma crítica e utilizando-se de nova linguagem mais atual e conforme a realidade em que os alunos vivem, sem assumir uma concepção ingênua a respeito do caráter ideológico do livro didático.

Neste sentido, apontando para o mesmo caminho que nos propomos a desenvolver nossas reflexões, além de demonstrar uma visão inovadora, Faria (op. cit., 1994), destaca que não nos basta apontar ou denunciar supostas “mentiras” presentes no livro didático. Deve-se antes de tudo, refletir constantemente “(...) sobre alternativas para o livro didático e sobre o papel da educação na sociedade capitalista e da possibilidade de ela contribuir para a transformação dessa sociedade.” (op. cit., p.17), pois, como afirma Freitag (1989), a problemática que envolve o livro didático perpassa o sistema educacional e, conseqüentemente, está relacionado com as estruturas do Estado, da

⁵ Apesar de das reflexões de Saviani terem sido feitas a quase duas décadas atrás, podemos destacar a atualidade do tema, notadamente quando o autor aponta a importância de se enfatizar o conteúdo do livro didático a partir do conceito de *clássico*, e destaca o valor histórico e cultural destes conteúdos, tomando-os como uma construção humana, que vai se ajustando segundo interesses e conexões de poder de cada espaço e tempo histórico, abordagens, como podemos perceber, bastante presentes atualmente.

economia (mercado) e da indústria cultural, sendo preciso, acima de tudo, estar sempre refletindo sobre a formação de professores capacitados para, a partir de uma linguagem acessível, levar os alunos à reflexão, à crítica, à pesquisa e à criatividade.

O professor é, não podemos negar, figura-chave no processo educacional, pois da imbricação de fatores que envolvem sua formação técnico-profissional e dos saberes de sua vivência, tanto na profissão quanto na vida pessoal, dependerá significativa parcela do projeto educacional que compõe a realidade de nossas escolas. De sua formação, portanto, depende grande parte do sucesso de uma realidade educacional de qualidade e, neste sentido, não podemos deixar de refletir sobre os processos de formação e desenvolvimento profissional do professor.

O Processo de Formação do Profissional Docente: diferentes perspectivas.

Tomaremos como fio condutor da reflexão sobre A formação docente o pensamento de Gómez (1998) que, a partir do estudo sobre diferentes propostas e enfoques teóricos encontrados na literatura acadêmica, distingue quatro perspectivas básicas. São elas: *acadêmica*, *técnica*, *prática* e da *reconstrução social*.

A perspectiva *Acadêmica* ressalta que o ensino é um processo de transmissão de conhecimentos e de aquisição da cultura acumulada historicamente pela humanidade, sendo o professor um especialista no domínio do conteúdo das diferentes disciplinas. Esta perspectiva é composta por dois enfoques: O enfoque *enciclopédico*, que defende que quanto mais conhecimento o professor possua mais será capaz de desenvolver sua função de transmissor da cultura, confundindo o docente com o especialista em disciplinas, enquanto no enfoque *compreensivo* o professor/a passa a ser considerado como um profissional que domina as técnicas didáticas para uma transmissão mais eficaz e significativa.

A perspectiva *Técnica*, a Segunda apontada por Gómez, propõe-se a dar um certo status à prática tradicional docente, através da garantia do rigor científico, característica do modelo da racionalidade técnica, próprio das ciências aplicadas, superando a caráter artesanal atribuído à atividade docente, tomando o professor como um técnico que domina as aplicações do conhecimento científico produzido por outros.

Na perspectiva *Técnica*, podemos identificar dois modelos de concepção sobre o processo de formação de professores. O primeiro é o modelo de *Treinamento* que tem como propósito principal o treinamento nas técnicas, procedimentos e habilidades que ganharam o status de eficazes na concretização dos resultados almejados. O segundo modelo é o da *Tomada de Decisões*, defendendo que a transferência do conhecimento científico se materializa na forma de princípios e procedimentos que os docentes devem utilizar nas tomadas de decisões e na solução de problemas.

Gómez (op. cit.) aponta como terceira perspectiva de formação docente a perspectiva *Prática* que se fundamenta na concepção de que a prática docente é uma atividade complexa, que se desenvolve em cenários contextuais singulares, com resultados imprevisíveis e envoltos nos mais diversos conflitos valorativos.

Desta forma, destacam-se dois enfoques dentro da perspectiva *Prática*, são eles o enfoque *Tradicional* que concebe o ensino como uma atividade profissional, cujo conhecimento vai sendo acumulado de forma lenta e processual e mediante o contato direto e prolongado da relação mestre-aprendiz; e o enfoque *Reflexivo sobre a Prática*, que tem como objetivo principal o desejo de superação da relação mecânica entre conhecimento científico-técnico e a prática na sala de aula, para que se possa entender como os professores estão elaborando estratégias de ação que possam contribuir para a transformação de sua prática docente.

Finalmente, Gómez destaca a perspectiva de *Reflexão na Prática para a Reconstrução Social* que defende o ensino como “...uma prática social saturada de opções de caráter ético, na qual os valores que presidem sua intencionalidade devem ser traduzidos em princípios de procedimentos que dirijam e que se realizem ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem.” (op. cit., p. 373). Assim sendo, o professor é concebido como um profissional autônomo que busca o entendimento dos fatores que envolvem o processos de ensino-aprendizagem, assim como os contextos em que esse processo se desenvolve, contribuindo para o desenvolvimento emancipador dos alunos.

Também nesta perspectiva destacam-se dois enfoques: o de *Crítica e Reconstrução Social* e o de *Investigação-ação e Formação do professor/a para a Compreensão*. O primeiro defende uma política de formação docente centrada no ideal de construção de uma sociedade mais justa, sendo o professor considerado um *intelectual transformador*, que busca a promoção da consciência política das pessoas frente a ordem social e a comunidade onde vivem. O segundo enfoque, concebe o ensino enquanto uma arte cujo desenvolvimento acontece na própria prática, centrada na reflexão e em valores éticos, tomando o professor como um investigador na ação, que se inicia pela reflexão, passa pela experimentação e se concretiza pelo diálogo.

A partir de nossa concepção de educação, centrada numa formação que tem a cultura como fio condutor, e procurando atender aos propósitos deste artigo, notadamente quando se propõe a efetivar uma reflexão sobre aspectos do processo de difusão de ideologias, optamos por nos orientar pela perspectiva da *Reflexão na prática para a reconstrução social*, mais especificamente sobre o enfoque de *crítica e reconstrução social*, que concebe o professor enquanto um *intelectual transformador*. Para tanto vamos nos utilizar do pensamento de Giroux (1997), tentando demonstrar alguns pontos que reforçam esse perfil de professor *intelectual transformador* como um dos mais capacitados para atuar de forma concreta na formação dos alunos em cidadãos ativos e capazes de refletir sobre os discursos presentes nos livros didáticos, identificando todo o caráter ideológico que permeia tais instrumentos.

O professor como Intelectual Transformador.

No atual contexto educacional, é imprescindível que os professores sejam capazes de contribuir na formação de pessoal para atuar de forma consciente no entorno comunitário onde vivem, que sejam capazes de refletir, ponderar e criticar a realidade que os cerca, no sentido de efetivarem “escolhas” que possam, de alguma forma, refletir positivamente em sua vida e na existência de seus pares, seja na esfera familiar, no mundo do trabalho, na escola, seja em qualquer espaço de relacionamento que envolva as pessoas e o meio natural em que vivem.

A partir dessas reflexões, concordamos com Giroux (1997), quando afirma que o professor deve conduzir seu trabalho através da combinação entre uma prática acadêmica consistente e a reflexão constante sobre essa prática, servindo para a formação de estudantes que possam vir a se tornar sujeitos sociais emancipados, cidadãos reflexivos e ativos.

Giroux (op. cit., 1997), acredita que a melhor forma de se reestruturar a natureza da atividade docente é pensar e conceber o professor como um *intelectual transformador*, apontando três aspectos fundamentais que reforçam sua concepção. São eles: fornecer uma base teórica para se estudar a atividade docente como forma de trabalho intelectual; desvelar os tipos de condições ideológicas e práticas essenciais para que os professores se assumam como intelectual, e finalmente contribuir para que o professor tenha consciência de seu papel de produtor e difusor de interesses políticos,

econômicos, sociais e culturais, como na escolha de determinada pedagogia na condução de sua prática educacional.

Três pontos são essenciais na condução dessas reflexões sobre a concepção do professor como *intelectual transformador* para que possamos avançar nossa discussão e evitar aspectos que possam não ficar muito claro para a compreensão. Em primeiro lugar para que o professor seja considerado um *intelectual transformador* não basta uma reflexão sobre sua prática e os problemas inerentes a essa atividade. Faz-se necessário compromisso e responsabilidade ativa na formação de propósitos e condições reais de desenvolvimento da prática educativa nas escolas, com destaque para a questão central que é o *ser ativo*, ou seja, que o professor esteja ativamente participando, atuando e intervindo diretamente nos espaços onde desenvolve sua atividade profissional, efetivando, assim, uma constante integração entre o pensamento e a prática, entre a reflexão e o agir ativamente, articulando sua formação teórica (inicial e continuada) e os saberes experienciais adquiridos, próprios de sua vivência profissional (TARDIF, 2002).

Em segundo lugar, a concepção de *intelectual transformador* funciona como uma crítica às ideologias tecnocráticas e instrumentais que concebem o professor apenas como um técnico aplicador de teorias elaboradas e legitimadas pelos supostos técnicos especialistas, notadamente aqueles que, através da pesquisa acadêmica, produzem a teorização sobre a realidade educacional, muitas vezes sem nunca ter postos os pés no espaço escolar (op. cit., 2002).

E finalmente, em terceiro lugar, deve-se partir sempre da concepção de que a escola não é um espaço determinado inexoravelmente por condições econômicas, culturais e sociais, mas sim espaço em constante construção e transformação, espaço onde se entrelaçam, ininterruptamente, conhecimentos, valores sociais diversos, diversificadas práticas de linguagens e formas culturais particulares (GIROUX, 1997), aspectos parciais de uma cultura social mais ampla, em constante conflito e disputa pelo direito de “representar” e de “se representar”, de ter seus ideais representados e de impor suas significações frente o “outro”. (COSTA, 2001).

Neste sentido, acreditamos que o professor *intelectual transformador* traz o perfil essencial para contribuir na formação de alunos como cidadãos críticos e ativos, desenvolvendo, nesses alunos, a vontade de lutar e superar as relações sociais injustas para que se possa pensar no estabelecimento de condições de vida mais democráticas, justas, éticas e mais humanas.(GIROUX, 1997). Assim, o professor *intelectual transformador* deve conduzir sua prática por pedagogias que incorporem interesses políticos emancipatórios, centrando suas reflexões na problematização dos conhecimentos envolvidos, sustentando suas argumentações em favor de um mundo cada vez melhor e mais justo, empregando o diálogo aberto e afirmativo e que conduza os sujeitos sociais e se identificarem e serem capazes de promover mudanças, notadamente contra todo tipo de injustiça, seja na escola, seja nos demais espaços sociais (op., cit., 1997).

O Professor *Intelectual Transformador* e o Livro Didático: desvelando ideologias

A partir das afirmações de Freitag (1984) e Faria (1989), o livro didático constitui-se num forte elo de interação entre o trabalho de professores e alunos em sala de aula.

Neste sentido, o livro didático pode ser considerado um importante instrumento no processo educacional, no momento em que é um espaço onde as idéias são veiculadas, onde se transmite e se transfere conhecimentos dos mais diversos tipos, do

senso comum ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos ligados á difusão e perpetuação de valores, ideais e costumes, dentre muitos outros.

Neste contexto, Méndez (2003)⁶ ao destacar a importância e necessidade do texto escolar, aponta algumas características que tornam a utilização do livro didático imprescindível no espaço escolar, dentre as quais podemos destacar: um instrumento pedagógico; um mecanismo do processo de ensino-aprendizagem; um material de capacitação; um instrumento legitimador do aparelho educacional; etc.

Podemos perceber, assim, a significativa importância do livro didático na escola, seja em seus aspectos pedagógicos e sua influência na aprendizagem e desempenho dos alunos, seja pela importância “mercadológica” que tem alcançado enquanto mercadoria econômica⁷.

Porém, a importância que queremos destacar, para efeito deste artigo, é o aspecto político e cultural do livro didático⁸, principalmente enquanto instrumento de difusão, reprodução e representação dos valores de determinada sociedade, ou seja, o livro didático, seja qual for a análise que se queira fazer, é um espaço privilegiado de circulação e difusão de ideologias, é um espaço onde são difundidos aspectos políticos, culturais, científicos, valorativos, de gênero, etnia, papel social, dentre muitos outros, que caracterizam determinada sociedade e, dentro desta, os grupos, classes e os próprios indivíduos.

Os discursos e as imagens veiculadas nos livros didáticos têm o poder de representar pessoas, costumes, posturas e valores, podem contribuir para “dizer” que determinados costumes, posturas ou ações estão “certas” ou “erradas”, devem ser “imitadas” ou “sancionadas”, dentre inúmeros outros aspectos que transitam ideologicamente pelas páginas destes materiais nas escolas.

Dois pontos queremos enfatizar na difusão de ideologias pelos livros didáticos e que estão centrados justamente na função exercida por estes livros: o modelo de escola e o papel do professor.

Em primeiro lugar devemos entender que de acordo com o modelo ou tipo de escola que estamos construindo, independente do papel que assumirmos nesta escola, o livro didático terá uma determinada função. Se concebermos a escola como um espaço fechado, fortemente hierarquizado e que centra suas preocupações apenas na transmissão dos conhecimentos científicos necessários para a formação de futuros profissionais, ancorada numa gestão autoritária, o livro didático constitui-se-á no orientador principal do trabalho dos professores, que o utilizará como guia da tarefa docente, apenas seguindo as orientações ali contidas, sem ter a preocupação de tentar contextualizar as informações contidas nos livros.

Por outro lado, se pensarmos a escola a partir de uma concepção democrática, amparada por uma gestão participativa, teremos um trabalho pedagógico voltado para uma formação mais integral dos alunos, onde aspectos humanos, cognitivos, afetivos sejam constantemente perpassados pela ética, pelo respeito e pelo entendimento,

⁶ Méndez (2003), no texto *O Livro e a educação: aspectos políticos da produção do livro didático*, trabalha a economia do livro no Brasil que, segundo o autor torna o Brasil a mais importante mercado do livro na região (América do Sul), destacando os efeitos sociais da produção, editoração e distribuição do livro, notadamente do livro didático que ocupa uma porcentagem entre 50% a 60% do mercado.

⁷ A este respeito Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), fazem um excelente estudo partindo de um levantamento histórico sobre as implicações dessa participação.

⁸ Ainda na obra de Oliveira, Guimarães e Bomény (op. cit., 1984), encontramos uma reflexão acerca da importância do livro didático, onde os autores apontam, além da importância pedagógica destes livros, sua importância político e cultural, notadamente na reprodução e representação de valores da sociedade.

processo este que deverá envolver todas as pessoas que fazem a escola, além do entorno social em que esta estiver inserida.

Assim o livro didático pode se constituir num bom recurso para professores e alunos, enquanto espaço onde são transmitidos conhecimentos científicos e, ao mesmo tempo, se provoque e se instigue o pensamento e a criatividade dos alunos. Seria mais um material de apoio ao trabalho do professor, porque, a partir de uma escola pensada e efetivada democraticamente, os professores e a equipe pedagógica estariam se reunindo para pensar e definir os critérios que estariam elegendo para a escolha destes livros, além de estarem sempre refletindo, questionando e reelaborando os conteúdos dos livros escolhidos para se trabalhar em sala de aula.

O segundo aspecto diz respeito ao papel do professor e que, por sua vez, não pode ser desvinculado da questão de sua formação. Sabemos, como já foi dito anteriormente, que o livro didático sozinho nada pode, porém quando pensamos no profissional que estará utilizando este material didático, podemos afirmar que algo poderá ser feito para que o livro didático se constitua num verdadeiro apoio para o professor e em importante veículo contra-ideológico no processo de ensino-aprendizagem escolar.

É neste sentido, que podemos afirmar que o papel do professor, prioritariamente, é estabelecer a contra-ideologia dos discursos que compõem os textos didáticos, ou seja, desmistificar as supostas “verdades” que são veiculadas nos textos dos livros didáticos, por meio da contextualização destas afirmativas com a realidade vivenciada pelos alunos, demonstrando que todo discurso é carregado de intenções, que todo discurso é construído historicamente, num tempo e espaço determinado, segundo interesses e objetivos claros, no sentido de informar “algo” ou “alguma coisa” e fazer, utilizando do maior poder de convencimento possível, com esta informação torne-se uma verdade aceita e inquestionável na vida dos alunos. Acreditamos, pois, que a principal função do professor, notadamente aquele que se concebe como um *Intelectual Transformador*, é a de construir discursos e ações contra-ideológicos, na tentativa de preencher os vazios, ou brechas, encontradas no discurso “oficial” contribuindo na construção de discursos que possam orientar a conscientização e a atuação concreta dos alunos no entorno social de que fazem parte.

A partir desta constatação, podemos afirmar que a postura do professor diante do livro didático é quem determinará qual função este livro desempenhará na escola pois, sendo praticamente o único material escolar que o aluno tem a possibilidade de ler, de manusear, a forma como os alunos são orientados a utilizar o livro na escola é determinante para uma relação salutar entre alunos e livro didático, para que este livro se constitua num instrumento que realmente contribua na aprendizagem significativa dos alunos, favorecendo a estes um entendimento, a partir do desenvolvimento de uma atitude crítica, sobre o verdadeiro papel dos livros didáticos na condução de seu processo de aprendizagem escolar.

É neste sentido, conscientes de que nenhuma das perspectivas de formação de professor apontadas anteriormente possa ser garantia do bom desempenho na aprendizagem dos alunos, que defendemos o perfil do professor *Intelectual Transformador* como adequado a conduzir o processo de ensino-aprendizagem de uma forma mais contextualizada, ou seja, num processo educativo centrado nas questões substanciais da sociedade em sua totalidade, concentrando suas preocupações nas investigações dos fenômenos sociais a partir da crítica cultural coletiva.

Pensamos que a partir do momento em que nos preocupamos em efetivar uma “leitura” ou um entendimento das reais situações que envolvem a vida dos alunos, da cultura social e familiar que serviu, e ainda serve, de base para a formação da subjetividade e da identidade destes alunos, podemos então contribuir para

“desmascarar” determinadas ideologias que estejam presentes nos vários discursos escolares, notadamente nos livros didáticos, tanto em seus textos quanto nas imagens que compõem estes materiais.

Giroux (1997) destaca como primeiro passo para o professor *Intelectual Transformador*, desenvolver a concepção de que a escola deve ser entendida como uma esfera pública democrática, onde os alunos devem desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos que lhes possibilitem viver ativa e concretamente em uma verdadeira democracia, onde a justiça social e a liberdade individual sejam valores caros e possíveis de vivenciar.

Em segundo lugar, Giroux ressalta a importância dos professores desenvolverem pedagogias contra-hegemônicas fomentando nos alunos uma formação cultural que lhes garanta agir como agentes sociais críticos, tanto em termos da aquisição de conhecimentos teóricos consistentes quanto no desenvolvimento de habilidades materiais concretas, assim como agentes de transformação, da mudança institucional e a favor da luta pela democracia nas escolas e na arena social mais ampla.

É importante ressaltar que a concepção do professor *Intelectual Transformador* envolve, acima de tudo, uma luta política e social, luta esta que considera não apenas a reflexão e conscientização crítica, mas formas de intervenções materiais em busca da reestruturação da sociedade em uma sociedade mais democrática. Assim, é na própria escola, que os professores deverão “...ser capazes de moldar os modos nos quais o tempo, espaço, atividade e conhecimento organizam o cotidiano nas escolas. (...) criar a ideologia e condições estruturais necessárias para escreverem, pesquisarem e trabalharem uns com os outros na produção de currículos e repartição do poder.” (op. cit., 1997, p.29).

Portanto, ser um *Intelectual Transformador* não basta ser detentor da capacidade de reflexão diante dos problemas e possibilidades que envolvem a educação escolar, mas faz-se necessário uma combinação entre o ato de refletir e a ação concreta no sentido de contribuir no desenvolvimento de conhecimentos e de habilidades nos alunos para que estes sejam capazes de identificar e abordar formas de injustiça, opressão e exploração, sejam ideológicas ou materiais, e desta forma desenvolverem formas de intervir concretamente contra este estado de difusão, legitimação e manutenção das desigualdades, posicionando-se cada vez mais a favor da mudança e da transformação.

Reflexões para pensar o possível: professores que fazem a diferença

Concebendo o professor enquanto um *Intelectual Transformador*, aquele profissional que, dentre inúmeras especificidades, está constantemente em busca da compreensão de como as diversas práticas culturais e sociais estão sempre influenciando na produção de conhecimentos, práticas que estão garantindo a construção e representação das diversas formas de subjetividades, além de como todo este processo e as relações de poder que carrega, estão sendo orientados segundo certos interesses particulares, assim como quais aparatos são utilizados para legitimar toda uma concepção particular de mundo, de sociedade e de vida, defendemos este perfil de professor como o mais adequado para trabalhar as questões que envolvem a utilização do livro didático e a conseqüente leitura crítica sobre os limites e possibilidades de seu emprego como instrumento de contribuição para uma prática de ensino-aprendizagem de qualidade.

O *Intelectual Transformador*, ao centrar suas preocupações numa prática pedagógica contextualizada, que busca constantemente refletir e problematizar as condições sociais e culturais em que vão se desenvolvendo as aprendizagens dos alunos

em relação dialética com suas existências na sociedade, é capaz de perceber as contradições existentes entre o discurso dos livros didáticos e a vida cotidiana de seus alunos, levando-os a refletir sobre estas contradições e fornecendo possibilidades de uma reelaboração dos conteúdos ali contidos, ou mesmo uma releitura sobre estes conteúdos para que possam torná-los verdadeiramente informativos e formativos.

Assim, lutamos pela transformação, ou construção, do livro didático num instrumento facilitador do trabalho pedagógico, no sentido de dar “voz” às muitas e diversas concepções silenciadas nos discursos e nas imagens destes livros, concepções sobre vida, sobre sociedade, sobre cultura, sobre formas alternativas de se posicionar frente ao mundo, sobre valores e ideais diversos, enfim, de se apropriar criticamente das informações contidas nos livros didáticos tornando-as parte de um discurso resignificado, embasado por uma linguagem crítica e que possa conduzir a ações que possam promover mudanças significativas na vida dos alunos, contribuindo para que estes tenham a esperança e a possibilidade de se conceberem como cidadãos emancipados, livres e igualmente representados em seus valores e ideais mais significativos.

Podemos concluir afirmando que assumir o papel de um *Intelectual Transformador* não se constitui na única e exclusiva perspectiva de formação de professores capazes de tornar o ensino mais crítico e contribuir na transformação dos alunos em agentes de mudança, porém, não podemos negar que estamos diante de uma perspectiva que possibilita aos professores o desempenho de uma função essencialmente ativa não somente na escola mas também em diversos espaços e tempos que compõem toda a cena pública de nossa sociedade, capazes que são de estabelecer conexões a partir da apropriação e ressignificação das diversas significações e representações ideológicas que permeiam a nossa realidade e estão na origem de todos os conflitos que perpassam nossa existência humana.

Bibliografia

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DAMIS, Olga Teixeira. Formação pedagógica do profissional da educação no Brasil: uma perspectiva de análise. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro e AMARAL, Ana Lúcia (orgs.). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas-SP: Papirus.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1994.

FREITAG, Bárbara, et. all. **O Livro didático em questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Era da Incerteza**. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1982.

GIROUX, Henry A. **Os Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GÓMEZ, A. I. Pérez. A Função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. In: SACRISTÁN, J. Gimeno e GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MÉNDEZ, Mário Castillo. O Livro e a educação : aspectos políticos da produção do livro didático. In: BARBOSA, Raquel Lazatti Leite (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e, GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto e BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A Política do livro didático**. 2. ed. São Paulo: Summus/Editora UNICAMP, 1984.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1991.

SILVA, Tomás Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

VASCONCELLOS, Celso das Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 7 ed. São Paulo: Libertad, 2002.